

A expansão fiscal e o Congresso

Rogério L. Furquim Werneck*

O debate econômico que hoje se trava no País está mesmo fora dos trilhos. Já há até quem argumente que, tendo aprovado o arcabouço fiscal, o Congresso estaria agora obrigado a viabilizar o colossal aumento de receita de que o governo “precisa” para levar adiante seu desajuzado programa de expansão de gastos.

É preciso entender com clareza o que ficou estabelecido na Lei Complementar que permitiu ao governo se livrar do Teto de Gastos e instaurou o atual arcabouço de expansão fiscal. Em qualquer circunstância, o valor real do dispêndio primário do governo terá expansão de no mínimo a 0,6% ao ano. Mas tal expansão poderá ser mais rápida se o desempenho da receita tributária permitir. Do aumento real de arrecadação, 70% poderão ser destinados à expansão de gastos primários, desde que a taxa real de crescimento desses gastos não ultrapasse um teto de 2,5% ao ano.

O que está sendo sugerido é que o Congresso teria a obrigação de assegurar ao governo a elevação de carga tributária que lhe permita expandir seu dispêndio primário a taxas tão próximas a 2,5% ao ano quanto possível.

Não só o Congresso não está obrigado a isso como, tudo indica, parece pouco inclinado a aprovar a elevação de carga tributária que o Planalto contempla. E o governo já percebeu que, tendo em conta a forte expansão gastos que desencadeou, logo estará às voltas com inesperada e séria restrição fiscal, por mais frouxas que, de início, as regras do arcabouço parecessem ser.

A esta altura, já não há mais dúvida sobre qual será a válvula de escape a que o governo recorrerá. Descumprir ou alterar a já medíocre meta fiscal de zerar o déficit primário em 2024, mesmo sabendo que isso seria visto como um último rasgar da fantasia que escancararia a real extensão de seu descompromisso com a responsabilidade fiscal. E Lula e o PT já têm pronto o discurso para jogar a culpa no Congresso. A meta teria ficado inviável porque o Congresso não “entregou” a elevação de carga tributária que se fazia necessária.

É preciso ter em mente que, na melhor das hipóteses, nos seus quatro anos de mandato, o governo deverá gerar um resultado primário acumulado zero: déficit de 1,5% do PIB, em 2023, déficit zero, em 2024, e superávits de 0,5%, em 2025, e de 1% do PIB, em 2026. Soma zero. Isso significa que, neste mandato, não haverá nenhum esforço relevante para pagar os juros da dívida pública.

Em português claro, o governo entrou no rotativo e passou a pagar a totalidade dos juros com emissões adicionais de dívida. O que implica uma dinâmica de dívida muito mais fácil de entender do que costuma ser. Com resultado primário acumulado zero, o aumento real da dívida bruta será, *grosso modo*, determinado pela taxa real de juros implícita que sobre ela incide. Supondo que tal taxa seja em média de 6% ao ano, ao final de quatro anos, o aumento real da dívida terá sido de cerca de 26,2%.

Em que medida isso elevará a dívida como proporção do PIB, depende, claro, da expansão da economia. Supondo que taxa real média de crescimento do PIB seja de 2% ao ano, em linha com as expectativas da última pesquisa *Focus*, a expansão acumulada em quatro anos será de 8,2%. Dividindo-se 26,2% por 108,2%, chega-se a um salto de mais de 16,6% na dívida como proporção do PIB. A relação dívida/PIB, que era de 0,73 quando Lula iniciou seu governo, passará a ser de 0,85 no final de seu mandato ($0,73 \times 1,166$). Uma farra fiscal de arromba.

Uma exorbitância que poderá assumir proporções ainda mais graves caso sobrevenha combinação mais adversa de taxas de juros e de crescimento do PIB, ou – como é bem provável – o governo venha a gerar um resultado primário acumulado negativo ao longo do mandato.

É tendo isso em vista que se deve avaliar a disposição com que o Congresso deverá considerar a proposta de elevar a carga tributária em nada menos que R\$ 168 bilhões, para atender a necessidades “prementes” de expansão de gastos do governo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.